

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se de aquisição de materiais educativos direcionado para atender o Termo de Compromisso n.º 954762-8 do FNDE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste TR:

Aquisição de material de custeio e permanente

ITEM	CÓD.	ESPECIFICAÇÃO	UN. DE MEDIDA	QUANT .	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	72361	Bandinha Rítmica (com 20 instrumentos)	KIT	56	R\$ 719,10	R\$ 40.269,60
2	117078	Casinha de boneca (madeira)	UNID	28	R\$ 278,90	R\$ 7.809,20
3	117079	Cavalo de balanço (madeira)	UNID	140	R\$ 253,00	R\$ 35.420,00
4	117071	Caixa de brinquedos Montessori	UNID	28	R\$ 760,00	R\$ 21.280,00
5	117081	Avião Bi-Plano (madeira)	UNID	28	R\$ 61,00	R\$ 1.708,00
6	117080	Berço de bonecas (metal)	UNID	42	R\$ 159,08	R\$ 6.681,36
7	96826	Conjunto de bichos com filhotes em tecido	KIT	56	R\$ 779,69	R\$ 43.662,64
8	117053	Blocos Lógicos (madeira)	UNID	42	R\$ 78,00	R\$ 3.276,00
9	117149	Kit com 6 bolas de borracha	KIT	28	R\$ 59,90	R\$ 1.677,20
10	117150	Conjunto com 5 bolas de borracha n.º 8 com guizo	KIT	28	R\$ 83,90	R\$ 2.349,20
11	117151	Conjunto com 5 bolas de basquete em vinil	KIT	14	R\$ 42,10	R\$ 589,40
12	117152	Conjunto com 5 bolas de futebol em vinil	KIT	14	R\$ 37,99	R\$ 531,86





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

13	117153	Conjunto com 5 bolas de volley em vinil e pvc	KIT	14	R\$ 99,95	R\$ 1.399,30
14	117054	Conjunto de Boneca Bebê Branca – 48 cm	KIT	14	R\$ 122,00	R\$ 1.708,00
15	117055	Conjunto de Boneca Bebê Negra – 48 cm	KIT	14	R\$ 152,99	R\$ 2.141,86
16	117056	Conjunto de Boneca Bebe Branca – 30 cm	KIT	14	R\$ 89,90	R\$ 1.258,60
17	117057	Conjunto de Boneca Bebe Negra – 30 cm	KIT	14	R\$ 117,50	R\$ 1.645,00
18	117058	Conjunto de Boneca Menino Branco – 32 cm	KIT	14	R\$ 79,71	R\$ 1.115,94
19	117059	Conjunto de Boneca Menino Negro – 32 cm	KIT	14	R\$ 79,71	R\$ 1.115,94
20	117064	Caminhão coletor de lixo (plástico)	UNID	28	R\$ 84,99	R\$ 2.379,72
21	117065	Caminhão de bombeiro (plástico)	UNID	28	R\$ 75,90	R\$ 2.125,20
22	117155	Caminhão Caçamba (plástico)	UNID	28	R\$ 54,90	R\$ 1.537,20
23	117066	Caminhão Cegonha (plástico)	UNID	28	R\$ 144,90	R\$ 10.495,80
24	117082	Carrinho de boneca (metal)	UNID	42	R\$ 249,90	R\$ 10.495,80
25	117061	Blocos de encaixe com 25 peças (madeira)	UNID	56	R\$ 98,20	R\$ 5.499,20
26	117062	Conjunto de encaixes cabeça mamãe e filhotes com 30 peças (papelão)	UNID	14	R\$ 167,00	R\$ 2.338,00
27	117067	Conjunto com 7 fantoches Folclore em feltro antialérgico	UNID	14	R\$ 274,75	R\$ 3.846,50
28	118041	Blocos de Montar, contendo 60 ou 125 peças, formato estrela com 6 pontas arredondadas (plástico)	UNID	28	R\$ 219,00	R\$ 6.132,00





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

29	117076	Máquina fotográfica (plástico)	UNID	28	R\$ 69,99	R\$ 1.959,72
30	117068	Conjunto de Quebra-cabeça progressivo (papelão)	UNID	14	R\$ 39,99	R\$ 559,86
31	117083	Telefone musical (plástico)	UNID	28	R\$ 49,90	R\$ 1.397,20
32	117084	Dominó com textura (madeira)	UNID	42	R\$ 78,90	R\$ 3.313,80
33	117085	Conjunto com 7 fantoches Animais domésticos	UNID	14	R\$ 229,00	R\$ 3.206,00
34	99794	Conjunto com 6 fantoches Família Branca	UNID	14	R\$ 256,00	R\$ 3.584,00
35	99795	Conjunto com 6 fantoches Família Negra	UNID	14	R\$ 267,20	R\$ 3.740,80
36	117086	Jogo da Memória com textura, com 16 peças	UNID	42	R\$ 65,06	R\$ 2.732,52
37	117087	Jogo da Memória Profissões, com 28 peças	UNID	28	R\$ 52,00	R\$ 1.456,00
38	117088	Passa peça, com 8 peças	UNID	42	R\$ 72,00	R\$ 3.024,00
39	117089	Fogão Infantil (Madeira)	UNID	70	R\$ 379,98	R\$ 26.598,60
40	117090	Geladeira Infantil (madeira)	UNID	70	R\$ 690,00	R\$ 48.300,00
41	117091	Pia de cozinha Infantil (madeira)	UNID	70	R\$ 499,00	R\$ 34.930,00
42	117154	Teatro de fantoches (madeira)	UNID	14	R\$ 237,00	R\$ 3.318,00
43	117092	Teatro de fantoches (tecido)	UNID	14	R\$ 196,00	R\$ 2.744,00
TOTAL:					R\$ 354.914,42	

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) homologação da licitação, prorrogável na forma do artigo 84 da Lei 14.133/2021.



1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 20 da Lei n.º 14.133/2021.

1.4 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no ETP.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DO OBJETIVO

2.1 Suprir a Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Largo - PR, com materiais de custeio e permanentes – Kit de Brinquedos para a Educação Infantil, conforme Termo de Compromisso n.º 954762-8, Emenda Parlamentar do MEC/FNDE, conforme melhor especificado no ETP.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 O material pedagógico é fundamental na educação infantil por impulsionar o desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, estimulando a criatividade, a coordenação, o raciocínio lógico e a capacidade de expressão e interação através de atividades lúdicas. Ele também torna a aprendizagem mais dinâmica e atraente, desperta o interesse da criança e auxilia o professor na organização do conteúdo, servindo como um complemento valioso para a fixação do conhecimento e a formação integral do aluno.

Nesse contexto, torna-se necessária a aquisição dos materiais, uma vez que o uso de diferentes texturas, formas e sons nos materiais pedagógicos mobiliza os sentidos da criança, proporcionando uma experiência mais rica e significativa de aprendizagem

A presente contratação visa, portanto, suprir as unidades escolares com os recursos materiais indispensáveis à efetiva execução das propostas pedagógicas que envolvem novas dinâmicas e o brincar como estratégias de ensino e aprendizagem.



3.2 O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (2024), conforme consta nas informações básicas deste TR.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1 A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em item específico do ETP, anexo deste TR.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Sustentabilidade

5.1.1 Os produtos a serem fornecidos deverão obedecer às normas e especificações da ABNT, INMETRO, Normas da ISO, no que se refere à qualidade, conforme for aplicável pela importância pedagógica atribuída a estes objetos, pois esses brinquedos são capazes de motivar as crianças a agir socialmente, ajudando umas as outras na diversão e aprendizado, nesse sentido, significado do brincar vai além da diversão em si, significa aprender a resolver problemas, tomar decisões, explorar, negociar e conseguir se expressar de forma legítima através de situações que são relevantes e muito significativas. Sendo assim, brincadeiras e jogos podem e devem ser utilizados como uma ferramenta importante de educação para o educado através da orientação e observação, o mesmo pode avaliar e compreender como acontece o desenvolvimento social, cultural, emocional, físico motor de cada indivíduo.

5.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.1.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte ou armazenamento.

5.2 Da Subcontratação



5.2.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.3 Garantia da contratação

5.3.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá exigir garantia do contratado como forma de acautelar o interesse público e resguardar-se quanto à fiel execução do contrato. No entanto, tal exigência não é obrigatória, podendo ser dispensada de forma motivada, especialmente quando consideradas a natureza do objeto, os riscos envolvidos e as demais medidas de controle e responsabilização disponíveis à Administração.

No presente caso, trata-se de aquisição de brinquedos para uso em unidades escolares, com execução contratual baseada em pagamento único e acompanhamento da entrega dos produtos por meio da fiscalização administrativa.

A exigência de caução ou outra modalidade de garantia contratual, embora prevista em lei, não assegura por si só a plena execução do objeto, especialmente em contratos de fornecimento continuado por locação, cujo cumprimento pode ser verificado periodicamente por meio de instrumentos de medição de desempenho e relatórios de conformidade.

Dessa forma, considerando o conjunto de ferramentas administrativas e legais disponíveis para o controle e responsabilização da contratada como notificações formais, aplicação de sanções, glosas proporcionais, rescisão contratual e inscrição em cadastros restritivos, e levando em conta ainda que a exigência de garantia pode representar ônus desproporcional às empresas concorrentes, especialmente aquelas de menor porte, entende-se justificada, sob os critérios da razoabilidade, economicidade e eficiência, a dispensa da exigência de garantia contratual neste certame, sem prejuízo à proteção do interesse público.

5.4 Garantia dos produtos

5.4.1 O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).



6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 Condições de Entrega: O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do envio da nota de empenho ao fornecedor, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2 A entrega dos produtos deverá ser realizada no endereço: Rua Pe. Otávio Júlio dos Santos, 149, Ouro Verde, Campo Largo – PR, após a emissão da nota de empenho, no horário das 8h30 às 11h00 e das 13h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, com agendamento prévio, pelo telefone (41) 3291-5319.

6.3 A entrega deve ser realizada após emissão da nota de empenho, correndo por conta exclusiva da licitante os custos de transporte, frete, carregamento e descarregamento na forma necessária. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

6.4 O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não receber a instalação do parque até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7. Garantia, manutenção e assistência técnica: O prazo de garantia é aquele estabelecido no código Defesa Consumidor (art. 18, § 1º) com prazo máximo de 30 (trinta) dias para o fornecedor sanar o vício do produto. Ainda, poderá ser convencionada a redução ou ampliação do prazo citado. No entanto, não poderá ser inferior a 7 (sete) dias nem superior a 180 (cento e oitenta) dias.



7.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada no Contrato, aceita pelo Contratante.

7.2 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.3 O custo referente à substituição dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.4 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

8. Modelo de Gestão do Contrato

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias



para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5 O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9 Fiscalização

9.1 A fiscalização será exercida por **Leidy Paula Grande**, sendo o fiscal e suplente **Claudiane do Rocio Kupka Pianaro**, formalmente designados para o acompanhamento da contratação e entrega dos produtos, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

9.2 Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

9.2.1 Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

9.2.2 Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 5 (cinco) dias úteis.

9.2.3 Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.



9.3 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Educação, para adoção das medidas cabíveis, consoante disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.4 Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA.

9.5 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente.

9.6 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Educação e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade.

9.7 A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

10. Gestor do Contratos

10.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, II).



10.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.4 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contrato, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.5 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.6 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto n.º 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11 Critérios de Medição e de pagamento

11.1 Recebimento

11.1.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização



do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em partes, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

11.1.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para a emissão da Nota Fiscal no que pertine a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.



11.1.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12 Liquidação

12.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

12.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



12.4 Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.5 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.6 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.7 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Junto ao SICAF.

13 Prazo de Pagamento

13.3 A Secretaria Municipal de Educação poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

13.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.5 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

14 Forma de pagamento



14.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

14.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15 Antecipação do Pagamento

15.1 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

16 Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento

16.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

16.2 Forma de fornecimento

16.2.1 O fornecimento do objeto será integral.



17 Exigências de habilitação

17.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

17.1.1 Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

17.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

17.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

17.2.3 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.2.4 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal e Estadual (ou Distrital, caso se aplique) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

17.2.6 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal ou Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



17.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.3 Qualificação Econômico-Financeira

17.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei no 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso;

17.3.2. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais deverão apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR para o devido cumprimento no disposto da resolução 213/2018 do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR);

17.3.3. Independentemente da estrutura societária, regime jurídico ou porte empresarial, todos os licitantes deverão apresentar balanços patrimoniais e demonstração dos resultados do exercício, incluindo os MEIs, as MEs e as EPPs. Os balanços devem ser elaborados por profissional de contabilidade devidamente habilitado, em conformidade com as normas contábeis vigentes, e ainda, estar devidamente registrado na Junta Comercial ou órgão equivalente (TCE-PR, Processo nº 243570/23, Acórdão nº 760/2023, Tribunal Pleno, Rel. Cons. Fabio de Souza Camargo, julgado em 10/04/2023, veiculado em 19/04/2023);

17.3.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

17.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

17.4 Qualificação Técnica



17.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

17.4.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

17.4.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18 Estimativa do Valor da Contratação

18.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 354.914,42 (TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E QUATORZE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS)**, conforme custos unitários apostos na TABELA EM ANEXO.

18.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

18.3 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

18.4 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;



18.5 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

18.6 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSO:

Órgão: 8

Ação – 2021 - Manutenção da Educação Infantil

Dotação - 2511

Elemento 3339030000000000000 - [Material de consumo]

Funcional: 0012.0365.0003

Vínculo: 00193

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando-se o que dispõe o artigo 106, da Lei 14.133/2021.

Equipe responsável pela elaboração do TR:

Leidy Paula Grande
Coordenadora da Educação Infantil
Fiscal



Claudiane do Rocio Kupka Pianaro
Professora
Suplente

De acordo:

Bruno César da Cruz
Secretário Municipal de Educação

